

Brasília-DF, 31 de julho de 2025

CNTI marca presença na 9ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia



A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)** esteve representada na **9ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia**, realizada nos dias **29 e 30 de julho**, em **Brasília**. O presidente da entidade, **José Reginaldo Inácio**, participou ativamente dos debates que reuniram representantes dos governos brasileiro e europeu, além de integrantes da sociedade civil de ambos os blocos.

O encontro foi promovido pelo **Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável (CDESS)** — conhecido como "Conselhão" — em parceria com o **Comitê Econômico e Social Europeu (CESE)**, órgão consultivo da União Europeia.



José Reginaldo (presidente CNTI) e Gleisi Hoffmann (ministra SRI-PR)

Entre as autoridades presentes estiveram a ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, **Gleisi Hoffmann**; Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Márcio Costa Macêdo**, a embaixadora **Maria Laura da Rocha**, representando o Itamaraty; o secretário-executivo do CDESS, **Olavo Noleto**; o presidente do

CESE, **Oliver Röpke**; e a embaixadora da União Europeia no Brasil, **Marian Schuegraf**.

A programação abordou temas centrais para o futuro das relações entre Brasil e União Europeia, como o **Acordo de Parceria Mercosul-UE**, as **perspectivas para a COP30**, que será realizada em Belém (PA), os **impactos da transformação digital no mundo do trabalho** e o **combate à desinformação como pilar da democracia**.



A participação da CNTI reforça o compromisso das entidades sindicais com o diálogo social e o fortalecimento da democracia, da sustentabilidade e dos direitos dos trabalhadores em um contexto global em constante transformação.



O evento foi encerrado com a assinatura de uma declaração conjunta entre o CDESS e o CESE, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a democracia e a valorização da sociedade civil nas relações entre Brasil e União Europeia.



Brasília-DF, 31 de julho de 2025

Centrais sindicais convocam mobilização nacional em defesa da soberania brasileira



Na próxima sexta-feira, 1º de agosto, as centrais sindicais brasileiras promovem um grande ato público em defesa da soberania nacional e contra o “tarifaço” anunciado por Donald Trump sobre produtos brasileiros. A atividade, que integra o Dia Nacional de Mobilização, acontecerá a partir das 10h, em frente ao Consulado dos Estados Unidos, localizado na Rua Henri Dunant, 500 – Santo Amaro, São Paulo.

O protesto reúne as centrais NCST, CSB, CTB, Força Sindical, CUT, UGT, Intersindical, Pública e CSP-Conlutas, além de diversas entidades representativas da classe trabalhadora, e tem como objetivo denunciar as ameaças externas à economia nacional e exigir respeito à soberania do Brasil.

Sob o lema “Brasil Soberano – Contra o Tarifaço de Trump”, os organizadores reforçam a necessidade de unidade e mobilização social frente às pressões internacionais que impactam diretamente os trabalhadores e a produção nacional. A manifestação também é um ato de apoio à resposta firme do governo brasileiro diante de tentativas de intimidação econômica.

As centrais conclamam sindicatos, movimentos sociais e toda a população a se somarem à mobilização para

mostrar que o Brasil não aceitará imposições que comprometam seus interesses estratégicos e a justiça social.

Fonte: NCST

Tarifaço de Trump deixa de fora aviões, minérios e suco de laranja

Café, frutas e carnes não estão entre as exceções aplicadas pelos EUA



© Antonio Milena/Arquivo Abr

A Ordem Executiva assinada nesta quarta-feira (30) pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elevando o valor da tarifa de importação de produtos brasileiros para 50%, traz cerca de 700 exceções, como suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis, incluindo seus motores, peças e componentes.

Também ficaram de fora do tarifaço produtos como polpa de madeira, celulose, metais preciosos, energia e produtos energéticos.

No entanto, café, frutas e carnes não estão entre as exceções aplicadas pelos Estados Unidos e serão taxados em 50%.

Segundo o documento assinado por Trump, as taxas entram em vigor em sete dias, ou seja, dia 6 de agosto. Mercadorias que estão em trânsito para os Estados Unidos também ficarão de fora da taxaço.

A ordem justifica que os Estados Unidos consideram o Brasil uma ameaça “incomum e extraordinária à segurança nacional dos EUA”. A classificação é semelhante à adotada contra países considerados hostis à Washington, como Cuba, Venezuela e Irã.

Próximas medidas

No documento, Trump diz que a lista de exceções pode ser alterada caso o Brasil “tome medidas significativas para lidar com a emergência nacional e se alinhe suficientemente com os Estados Unidos em

Brasília-DF, 31 de julho de 2025

questões de segurança nacional, economia e política externa”.

O presidente americano também ameaça aumentar as alíquotas se o governo brasileiro tomar medidas de retaliação contra os Estados Unidos.

“Por exemplo, se o governo do Brasil retaliar aumentando as tarifas sobre as exportações dos Estados Unidos, aumentarei a alíquota ad valorem estabelecida nesta ordem em um montante correspondente”.

Fonte: Agência Brasil

asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”.

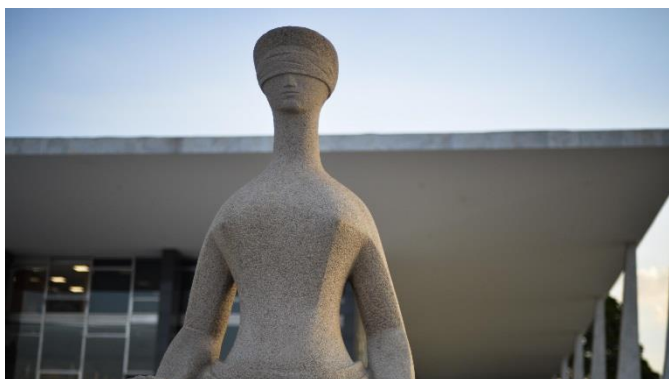
O tribunal concluiu o comunicado manifestando solidariedade a Alexandre de Moraes. Com as sanções americanas, o magistrado não apenas fica impedido de entrar em solo americano, como também enfrentará obstáculos para realizar transferências financeiras.

[Veja a íntegra da nota.](#)

Fonte: Congresso em Foco

STF se manifesta sobre Moraes e rebate acusações do governo Trump

Suprema Corte reforça que o julgamento de crimes contra a democracia é prerrogativa brasileira.



Judiciário reafirma sua independência e manifesta solidariedade a Moraes.
Marcello Casal Jr / Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) reagiu nesta quarta-feira (30) às acusações do governo dos Estados Unidos contra o ministro Alexandre de Moraes para justificar as sanções impostas ao seu nome. Em nota, a Corte declarou que “o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional”.

A Corte também defende as decisões tomadas no curso do processo criminal que envolve, entre outros, o ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente na etapa final do julgamento por tentativa de golpe de Estado. Segundo o STF, “foram encontrados indícios graves da prática dos referidos crimes, inclusive de um plano que previa o assassinato de autoridades públicas”.

A Corte afirma que “todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo Colegiado competente”, afirma a nota, que reforça o compromisso com o Estado de Direito. “O Supremo Tribunal Federal não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que

Copom mantém juros básicos da economia em 15% ao ano

Banco Central interrompe ciclo de aumento da Selic após sete altas



© Antonio Cruz/Agência Brasil

O recuo da inflação e o início da desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) interromper o ciclo de aumento de juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão, que já era esperada pelo mercado financeiro, foi unânime.

Em comunicado, o Copom informou que a política comercial dos Estados Unidos aumentou as incertezas em relação aos preços. A autoridade monetária informou que, por enquanto, pretende manter os juros básicos, mas não descartou a possibilidade de voltar a elevar a Selic caso seja necessário.

“O comitê tem acompanhado, com particular atenção, os anúncios referentes à imposição pelos Estados Unidos de tarifas comerciais ao Brasil, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza”, afirmou o comunicado. “[O Copom] enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”, acrescentou.

Brasília-DF, 31 de julho de 2025

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. A pausa no aperto monetário consolida um ciclo de contração na política monetária.

De setembro do ano passado a maio deste ano, a Selic foi elevada sete vezes. Após chegar a 10,5% ao ano de junho a agosto do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro do ano passado, com uma alta de 0,25 ponto, uma de 0,5 ponto, três de 1 ponto percentual, uma de 0,5 ponto e outra em 0,25 ponto.

Fonte: Agência Brasil

Negociação coletiva protege trabalhador diante da inovação tecnológica

MTE destaca acordos coletivos que protegem trabalhador diante da inovação, com cláusulas sobre qualificação, emprego e diálogo sindical



A nova edição apresenta 20 exemplos de acordos e convenções registrados em 2023 que tratam dos impactos da inovação tecnológica nas relações de trabalho formais.

Cláusulas garantem qualificação e manutenção do emprego

Segundo o MTE, os acordos incluem cláusulas que asseguram qualificação profissional, realocação de pessoal e diálogo prévio com os sindicatos nas mudanças tecnológicas.

Com a transformação digital em curso, cresce a necessidade de proteger empregos e garantir a adaptação dos trabalhadores diante da automação nos diversos setores econômicos.

Negociação coletiva preenche lacuna deixada pela legislação

A coordenadora Rafaela Rodrigues lembra que o artigo 7º da Constituição prevê proteção contra a automação, mas ainda carece de regulamentação específica no Congresso.

Por isso, a negociação coletiva passou a preencher esse vazio legal, criando instrumentos práticos que evitam exclusão durante a modernização das empresas.

Acordos refletem diálogo e justiça social no trabalho

A publicação mostra que cerca de 5% das negociações registradas em 2023 abordaram inovação tecnológica, principalmente com ações preventivas e educativas aos trabalhadores.

Além disso, os documentos firmados demonstram compromisso social ao priorizar o diálogo sindical como meio de garantir equilíbrio e segurança nas mudanças estruturais.

Experiências positivas envolvem diversos setores e regiões

O boletim mostra que é possível combinar competitividade com inclusão social, como provam exemplos registrados em diferentes categorias profissionais e regiões do país.

Assim, o boletim reforça que a negociação coletiva não apenas defende direitos, mas também contribui para um desenvolvimento mais justo e sustentável no trabalho.

[Confira aqui o boletim com cláusulas aprovadas em negociações coletivas trabalhistas sobre inovação tecnológica.](#)

[Todos os boletins estão disponíveis no Sistema Mediador.](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil